



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO**

**Comissão de Gestão de Florestas Públicas - CGFLOP
17 e 18 de março de 2009**

Ata - 16ª Reunião Ordinária

Às 14:00h do dia 17 de março de 2009, no Edifício Sede do CENAFLOP, em Brasília, Capital Federal, deu-se início à 16ª Reunião Ordinária da Comissão de Gestão de Florestas Públicas (CGFLOP) e da 20ª Reunião do Comissão Nacional de Florestas (CONAFLOP), presididas pelo Diretor-Geral do Serviço Florestal Brasileiro, Tasso Rezende de Azevedo, organizada e secretariada pela Chefe de Divisão do Serviço Florestal Brasileiro, Sra. Claudia Couto.

1. Abertura

Tasso Azevedo(SFB) abriu a reunião, solicitou aos conselheiros e observadores que se apresentassem e orientou para assinatura nas listas de presenças, por se tratar de trabalhar duas Comissões: CGFLOP e CONAFLOP. Deu informes gerais sobre cada tema de pauta a ser tratado informando que a previsão de término seria às 17h do dia 18. Em seguida, falou do papel de presidir simultaneamente e apresentou a agenda com quatro temas de pauta:

1. Estrutura do Relatório Anual de Gestão de Florestas Públicas de 2008
2. Estrutura do Plano Anual de Manejo Florestal Comunitário 2009/2010
3. Integração das duas Comissões, a CGFLOP e a CONAFLOP; e,
4. Proposta de metodologia para desenvolvimento de um PIB Florestal Brasileiro

Uma série de informes foram sugeridos pelos próprios membros da Comissão a respeito do decreto que institui a Política Nacional do Manejo Florestal Comunitário e Familiar; da licitação para concessão florestal na Flona de Saracá-Taquera; da implementação do sistema de licenciamento das atividades florestais que o IBAMA está preparando; da regulamentação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal; da implementação do Fundo Amazônia e por último, sobre o Pacto pela Madeira Legal.

Leonel Pereira (MMA) chamou atenção para um detalhe técnico de que o CONAFLOP não tem ata, e sim memória.

A pauta de reunião foi aprovada sem alterações e deu-se início aos informes antes das discussões dos pontos de pauta.

2. Informes

2.1. Proposta de Decreto para Instituição da Política Nacional de Manejo Florestal Comunitário e Familiar – situação atual

Tasso Azevedo(SFB) fez um breve histórico sobre o Seminário Internacional sobre Manejo Florestal Comunitário, realizado em julho de 2007, com a idéia de debater uma proposta específica de política de apoio ao manejo florestal comunitário. Destacou ainda que cerca de 130 milhões de hectares das florestas públicas brasileiras são geridas por comunidades. Durante o ano de 2008 foi constituído um Grupo de Trabalho que envolvia a Sociedade Civil e uma Comissão da CONAFLOP e CGFLOP, para elaboração de uma proposta de decreto para a política de fomento ao manejo florestal comunitário familiar. A construção final dessa proposta teve uma participação muito importante do MDA e do INCRA, junto com as equipes do PNF, do Serviço Florestal e o Grupo de Trabalho de Manejo Florestal Comunitário.

A proposta foi encaminhada para a Casa Civil ainda em dezembro e voltou com sugestões que já foram consideradas e encontra-se em tramitação entre a Casa Civil e o Ministério do Meio Ambiente com previsão de que nas próximas semanas ele possa estar sendo finalmente assinada. Na essência, o instrumento mais importante que apresenta o Decreto é de criar uma rotina de planejamento e execução de

políticas públicas, especialmente vinculadas aos órgãos federais, orientadas para o fomento do manejo florestal comunitário. A intenção é que anualmente seja feito um exercício para consolidar o Plano Anual de Manejo Florestal Comunitário e Familiar por meio de um processo que envolverá diversos setores de governo para coordenar essas políticas de forma que possam trazer os resultados mais eficientes e duradouros na promoção do manejo florestal comunitário.

2.2. Edital de Licitação de Concessão Florestal – Sacará-Taquera

A respeito do processo de concessão florestal na Flona Saracá-Taquera, foi informado que a primeira versão do edital que previa uma área de concessão de 220 mil ha, divididas em 4 unidades de manejo, passou por um longo processo de consulta, incluindo 4 audiências públicas nos municípios envolvidos, além de consultas com as comunidades quilombolas, a fim de compatibilizar a concessão com as demandas da população quilombola existente na região.

Uma vez detectada sobreposição da área ocupada pela população quilombola com a área de concessão, decidiu-se, com o apoio do INCRA, excluir a área quilombola do lote de concessão, chegando-se a uma segunda versão de edital com uma área de 140 mil hectares, divididos em 3 unidades de manejo. O mapa final com a nova conformação do lote de concessão foi distribuído aos presentes.

O edital encontra-se na Consultoria Jurídica do MMA, para parecer jurídico final.

2.3. Sistema LAF – Licenciamento de Atividades Florestais

Em relação a esse informe foi feito um pequeno resumo do assunto pelo Diretor Geral do Serviço Florestal, indicando que o tema estava diretamente relacionado às determinações da Resolução Conama 379, que estabelece a criação, a nível federal, de sistemas integradores da informação florestal geradas pelos Estados. Os sistemas deverão permitir visualizar as autorizações de transporte de produtos, o que já está em implantação em diversos estados da federação, mas também os licenciamentos emitidos de atividades florestais em uma base única de dados.

Em seguida foi feita uma apresentação pelo **Sr. José Humberto (IBAMA)** a respeito de um novo sistema que deverá receber o nome de LAF - Licenciamento das Atividades Florestais, que estará integrado com os órgãos estaduais de meio ambiente e com os demais sistemas do IBAMA para o licenciamento de atividades florestais. Acrescentou também que todo o controle do plantio florestal, de autorizações, de exploração e do corte de florestas plantadas, principalmente para espécies exóticas, poderão ser controlados pelo sistema, que está em fase de teste e terá acesso via Internet. Destacou um aspecto muito importante do sistema que será a espacialização das informações fornecidas, exigência contida também na Resolução 379 do Conama.

Após a apresentação, **Sr. José Humberto (IBAMA)** procedeu ao esclarecimento de dúvidas apresentadas por alguns dos presentes, entre eles, **Sra. Rita (INCRA)**, **Sr. Pedro Madruga (SBEF)**, **Sr. Justiano Neto (CNI)**, **Sr. Leonardo Sobral (FBOMS)**, relativas ao novo sistema a ser implantado e conseqüente fluxo de informações.

3. Tema de Pauta 1 - Relatório Anual de Gestão de Florestas Públicas de 2008.

Tasso Azevedo(SFB) esclareceu que o Relatório em questão é uma exigência da Lei 11.284/06, que estabelece que até dia 31 de março de cada ano deverá ser encaminhado ao Congresso Nacional, à Presidência da República e ao Conama, um relatório, informando o andamento e evolução da gestão das florestas públicas no país.

Em seguida foi feita a apresentação da estrutura do Relatório, organizado da seguinte forma: Capítulo I – introdução, três anos de implementação da Lei de Gestão de Florestas Públicas; Capítulo II - relata o que aconteceu em 2008; e o Capítulo III – trata da evolução da gestão de florestas públicas nos Estados.

Os principais tópicos de cada capítulos foram apresentados e explicados pelo **Sr. Tasso Azevedo(SFB)**, que após sua explanação abriu a palavra para questionamentos dos representantes.

Carlos Eduardo (FBOMS) buscou esclarecimentos no que diz respeito aos impactos da aprovação proposta de alteração do Código Florestal e da MP458, que dispõe sobre regularização de terras na Amazônia.

Jorge Yared (SBPC) solicitou que fosse esclarecido de que forma se planeja realizar o apoio às comunidades que ocupam áreas do entorno daquelas submetidas à concessão florestal.

Milton Kanashiro (EMBRAPA) pediu um esclarecimento maior a respeito da metodologia que está

sendo utilizada para realização dos inventários florestais, em especial na área da BR-163, uma vez que esses inventários servirão de base para planejamento das concessões.

Pedro Madruga (SBEF) solicitou esclarecimento sobre os números apresentados, especialmente aqueles referentes ao Cadastro de Florestas Públicas

Justiniano de Queiroz (CNI) questionou sobre a meta para de o primeiro milhão de hectares em concessão em 2009, por estar aquém do PAOF 2008, que previa 4 milhões.

Kleber Santos (MAPA) solicitou que se coloque o significado de algumas siglas no documento, uma vez que nem sempre todos têm conhecimento pleno sobre o assunto tratado e que o Ministério da Agricultura (MAPA) seja citado naquelas atividades que tenham participação.

Vilmar Locatelli (FBOMS) pediu esclarecimento ao tipo de assentamento que se imagina atingir com o trabalho de manejo comunitário.

Rubens Garlipp (CNI) fez comentários sobre algumas informações que estão ausentes ou não estão claras na apresentação, como é o do valor total estimado de concessão em Jamari ou a respeito dos contratos de transição.

Tasso Azevedo(SFB) pontuou que o Código Florestal e a Medida Provisória de Regularização Fundiária são dois temas importantes que estão sendo discutidos na CONAFLO. O debate do Código Florestal em si não é um debate específico da gestão de florestas públicas que tem que ser mantidas como floresta pública, independente da questão da reserva legal. A questão da Regularização Fundiária pode sim, ter um rebatimento na versão que foi enviada para o Congresso, mas a princípio está resolvida porque se é floresta pública está excluída das áreas que são objetos da Lei de aplicação da Regularização Fundiária.

Sugeriu que a questão do Código Florestal fosse colocada como assunto de pauta da CONAFLO.

Sobre o questionamento do apoio à população do entorno das áreas destinadas à concessão florestal, informou-se que o Serviço Florestal, em cada lote de concessão florestal, identifica e seleciona uma comunidade do entorno para iniciar um trabalho de manejo florestal comunitário. Como exemplo, citou que em Jamari será a área do PAF Jequitibá e em Saracá Taquera, a comunidade quilombola.

Tasso esclareceu que o inventário realizado, apesar de ser amostral, é realizado por espécie não por grupo e que assim que definida a melhor forma se apresentar esses dados, o Serviço Florestal os tornará público a quem tiver interesse. A proteção das espécies que possam ter alguma característica específica é coberta não no processo de inventário, mas no processo de elaboração do objeto da concessão das espécies que é feito seguindo as regras que foram aprovadas no CONAMA

Em relação à meta de áreas sob concessão florestal, foi esclarecido que não há possibilidade de se chegar ao fim de 2009 com 4 milhões de hectares sob regime de concessão florestal, uma vez que essa ação dependia da aprovação de diversos Planos de Manejo de florestas Nacionais até o fim de 2008, o que não aconteceu. Por essa razão a meta que será possível alcançar no ano de 2009 é de no máximo 1 milhão de hectares.

Encerramento do primeiro dia de reunião

(Dia 18 de março de 2009)

Tasso Azevedo(SFB) deu início à reunião conjunta com quorum na CGFLOP, mas sem quorum na CONAFLO. Procedeu-se a aprovação da ata da 15ª reunião CGFLOP, com observações do **Sr. Leonardo Sobral (FBOMS)** quanto ao seu nome na lista de presentes e da **Sra. Mabel Guimarães (INCRA)** quanto à insuficiência e não ausência de equipe capacitada e habilitada do Incra.

Procedeu-se a apresentação do segundo ponto de pauta.

4. Tema de Pauta 2 - Estrutura do Plano Anual de Manejo Florestal Comunitário 2009/2010.

Tasso Azevedo(SFB) recordou que existe um Decreto sobre a Política de Manejo Florestal Comunitário, de fomento ao manejo, que está em tramitação na Casa Civil e deverá ser assinado nas próximas semanas. Esse Decreto prevê um instrumento que deverá ser desenvolvido anualmente e ser entregue até o dia 31 de julho, trata do Plano Anual de Manejo Florestal Comunitário, que visa organizar as ações especialmente das diversas políticas públicas e dos instrumentos de políticas públicas de estímulo a atividades florestais para promover o manejo florestal comunitário. A intenção da discussão é a de colher

subsídios para organização desse plano anual de manejo florestal comunitário e familiar e o processo com o qual ele vai ser preparado. (se ausentou da reunião para atender chamado do Ministro)

Marcia Muchagata (SFB) explicou que a proposta de construção do plano anual de manejo florestal comunitário e familiar a ser apresentada, elaborada por um grupo de trabalho de representantes da CGFLOP e CONAFLOP, está aberta para discussão com todos os presentes.

O plano define as ações, atividades e prazos para implementação da política nacional de manejo florestal comunitário e familiar no ano que vigorar. Será elaborado de forma participativa em conjunto com os órgãos envolvidos na política sob a coordenação do MMA. Esse plano conterá a descrição de todas as ações a serem implementadas naquele exercício pelas diversas entidades de Governo e será considerada também, a existência de planos estaduais, municipais e do Distrito Federal que venham a existir futuramente.

Marcia(SFB) destacou que os pontos mais importantes a serem discutidos eram as metas, os indicadores e a proposta de organização do documento com suas etapas e deu continuidade com a apresentação dos indicadores propostos

Os indicadores se resumem a 4 : (i) área de floresta com destinação comunitária; (ii) área de floresta comunitárias que estão sob manejo; (iii) número de famílias manejando florestas; (iv) valor total de produção comunitária. O grande desafio apontado é afinar esses indicadores e seus instrumentos de medição, tendo em vista que para alguns deles não se tem atualmente nenhum parâmetro.

Em seguida foi apresentada a estrutura do Plano com os aspectos de contextualização; objetivos, metas e ações; resultados esperados; órgãos responsáveis; instrumentos e recursos e sua inserção no PPA 2008/2011

Uma primeira rodada de coleta de informações do que se tem disponível, vai ser coordenado pelo Serviço Florestal, em parceria com as instituições dentro do MMA, a Secretaria de Desenvolvimento Rural Sustentável, o ICMBIO, o IBAMA e também os outros órgãos de governo que estiverem mais próximos. A intenção é após diversas reuniões a serem realizadas em abril de 2009, o documento possa estar pronto para ser submetido à consulta pública e apresentado à CGFLOP no mês de junho.

Jorge Alberto (SBPC) parabenizou a iniciativa e sugeriu que se pensasse em algum indicador que pudesse medir a desempenho da ação, algo como renda/há/ano.

Fani Mamed (CONTAG) ressaltou que gostaria de ter recebido a apresentação em papel para acompanhamento e observação, o que não aconteceu. Também demonstrou descontentamento por não ter percebido os afiliados da CONTAG, incluindo comunidades e populações tradicionais, terem sido chamados a opinar em ações pontuais de capacitação ou ação do programa nos Estados e nos Municípios, em nenhum momento.

Joels (SFB) esclareceu em nome do Serviço Florestal Brasileiro, que a participação da CONTAG é indubitavelmente importante nesse momento de reunião. Acrescentou que esse é o grande espaço para comentar a apresentação, trazer suas dúvidas e a sua contribuição, as propostas para aperfeiçoar o sistema.

Carlos Siqueira (FBOMS) gostaria de entender mais claramente a metodologia do plano e como se dará a mobilização das populações locais e a representação da sociedade civil.

Márcia Muchagata (SFB) informou que podem ser sugeridos outros indicadores, inclusive aqueles relacionados à benefícios sociais, atentando-se ao fato que deverá ser efetivamente mensuráveis. Detalhou um pouco mais, conforme solicitado, a metodologia pensada para elaboração do plano. Comentou as metas são propostas e que elas terão que ser revistas nesse processo de elaboração do plano. Informou ainda que a Gerência de Floresta Comunitárias do Serviço Florestal está tendo muita dificuldade de implantar o manejo florestal comunitário pelas mesmas razões que se tem da dificuldade de fazer gestão florestal no País, por ser uma situação fundiária.

Rubens Garlipp (CNI) deixou registrado que a seu ver a proposta de ter 4milhões de hectares sob manejo é muito tímida, um vez que atualmente o número é de 2,4 milhões de hectares. O grande problema é a falta de informações, estatísticas atuais, o que não permite interpretar se uma meta é muito ou pouco.

Hummel (MMA) falou da complexidade do indicador de resultados. Que os indicadores, sejam ambientais ou ecológicos, são os indicadores de impacto que precisam ter um sistema de monitoramento. Acrescentou que todo o processo de avaliação vai ter que estar no sistema de monitoramento que é o que vai dar resultado e vai qualificar melhor os indicadores.

Leonel Pereira (MMA/SBF/DFLOR/PNF) comentou é tentador aumentar os indicadores, mas por ser uma política nova deve-se ter cautela, pois envolve todo um processo de capacitação e entendimento da política.

Claudia Ramos (SFB) comentou que a importância desse plano, em primeiro lugar, está justamente de o órgão federal conseguir pensar quais seriam as suas ações com maior sinergia para fomentar o manejo florestal comunitário. Isso é um processo em evolução e nesse primeiro momento é preciso identificar realmente os parceiros na formulação do plano e pensar essas ações de uma forma sinérgica e, como diz o Decreto, o Governo Federal vai fazer um plano de ação ouvindo os Estados e obviamente a Sociedade Civil. Sugeriu que as instituições que estão mais voltadas para ações que fomentam o manejo florestal comunitário, ajudem a pensar em quais seriam os dados importantes e como vão aportar informações

Márcia Muchagata (SFB) falou que o último censo que foi feito da agricultura familiar indicava 4 milhões de estabelecimentos de agricultores familiares no País, e para a política de povos e comunidades tradicionais eram 3 milhões ao total. Foi levantado um número que é extremamente amplo e dentro disso é preciso se verificar desse público geral, quem que é manejador de floresta para poder estimular os que não manejam e então saber qual dessa área de floresta está sendo conservada e utilizada. Esclareceu que a forma como será medido produtos madeireiros e não-madeireiros é totalmente diferente porque o sistema de madeireiros está aí e é difícil ter esse tipo de informação dos Estados, por conta dos madeireiros da região. Constatou então que, em relação à informação dos não-madeireiros, terá que ser aprimorada a metodologia. Com relação à demanda da sociedade, é importante lembrar que o ponto de partida desse Plano Anual de Manejo Florestal Comunitário, desse Decreto, é uma demanda que foi colocada por diferentes setores da Sociedade Civil para a Ministra.

Leonel Pereira (MMA/SBF/DFLOR/PNF) fez uma observação dentro da fala da Márcia sobre como o público envolvido no manejo comunitário, pois existe um grande contingente de extrativistas de tradição familiar que foi levado à agricultura familiar devido à falta de políticas para o manejo comunitário. Esclareceu que, a partir do momento em que o Governo começar a trabalhar melhor o manejo comunitário, muitos irão migrar da agricultura familiar para o extrativismo. Comentou que historicamente há uma ausência dessas políticas que são demandadas pela sociedade, mas o Governo também deve avançar, colocando estacas de forma a provocar que segmentos sociais venham ao encontro dessa política, deve ser um movimento duplo, de vai e vem, que são característicos dessas novas políticas.

Terminado o segundo tema de pauta, a reunião seguiu como informe do INCRA a respeito da MP 458

Informes

Informes – Medida Provisória 458

A Sra. Débora Mabel (INCRA) fez um breve histórico de como surgiu a Medida Provisória 458. Em meados de setembro e em outubro do ano passado, houve uma nova proposta de regularização fundiária para a Amazônia Legal. Essa proposta foi capitaneada pela SAE – Secretaria de Assuntos Estratégicos, liderada pelo Ministro Mangabeira Unger e propõe o surgimento de um novo órgão para ser responsável pela regularização fundiária da Amazônia Legal. Hoje, a regularização fundiária no Brasil é feita somente pelo INCRA. A regularização fundiária da Amazônia Legal passaria a ser tratada por um novo instituto submetido à Casa Civil. Houve uma certa disputa política sobre essa questão da regularização fundiária e o MDA fez uma nova proposta que foi intitulada de Terra Legal. Essa nova proposta foi liderada e executada pelo MDA ao qual o INCRA é vinculado. Em seu entendimento, essa Medida Provisória é desastrosa e vai afetar muito a questão das florestas públicas. Acrescentou ainda que a MP foi publicada em 10 de fevereiro e que possui alguns pontos importantes, pois altera a legislação atual em três artigos. O artigo 10 traz como novidade a doação de terras, ou seja, a pessoa que está ocupando a área será beneficiada com a doação e não haverá fiscalização ou vistoria, será por ato declaratório. Explicou que a Medida Provisória também propõe a regularização de até quinze módulos fiscais, limitado a áreas de até 1500 hectares. Essa outra regularização será onerosa e haverá uma vistoria na área, pois terão de apresentar a certificação e o georreferenciamento dos 1500 hectares declarados. Acredita-se que, quando a Medida Provisória 458 for aprovada, irão surgir centenas de processos pedindo a regularização de 1500 hectares. Comentou ainda sobre um estudo realizado pela Universidade de São Paulo que corrobora a possibilidade dessa tragédia vir

a acontecer. Acrescentou ainda que hoje a MP encontra-se no Congresso Nacional e que existem aproximadamente 100 propostas de emendas, a partir do dia 28 de março a pauta poderá ser trancada, caso a MP não tenha sido votada.

Informes – Regulamentação do Fundo de Desenvolvimento Florestal e Fundo Amazônia

Tasso Azevedo(SFB) informou que o Decreto de Regulamentação do Fundo de Desenvolvimento Florestal está na Casa Civil desde o dia 06 de fevereiro para que possa ser aprovado. Esclareceu que o Conselho Consultivo só poderá ser constituído após a aprovação do decreto, bem como o Plano de Aplicação dos Recursos.

Sobre a Implementação do Fundo Amazônia, falou que o este foi criado em agosto de 2008 com a autorização do Presidente, por ser um mecanismo de captação de recursos de doações que são baseadas na quantidade de redução de emissões de carbono por uso de desmatamento no Brasil. Esclareceu que foi feito também todo o processo de constituição de fundo dos recursos não pertencentes ao Governo Federal com o BNDES. Esclareceu que toda essa orientação de como serão aplicados os recursos, do funcionamento do Fundo, está disponível no site do Serviço Florestal e que, a partir do final da semana seguinte, também estará no site do BNDES com a explicação sobre o funcionamento do Fundo. Lembrou que, para o primeiro ano, já está garantido o Contrato que será assinado nos próximos dias com uma contribuição de cerca de 110 milhões de dólares por sete anos, do governo da Noruega e que negociações com a Alemanha estão em curso

6. Tema de Pauta 4 – Proposta de metodologia para um PIB Florestal Brasileiro

Tasso Azevedo(SFB) introduziu o assunto ponderando que relativo à proposta do PIB Florestal, existe uma discussão relativamente antiga no contexto da CONAFLO, no sentido de tornar a economia florestal em uma economia mais sofisticada, mais reconhecida e mais visível. No ano passado, o Serviço Florestal Brasileiro iniciou a implantação do Sistema Nacional de Informações Florestais para gerar, dentro do portal da gestão florestal, uma série de informações sobre a atividade da base florestal e, inclusive das cadeias produtivas. Dessa demanda surgiram duas idéias: uma de fazer uma conta para a atividade florestal, para isso, está sendo desenvolvido internamente uma parceria com o Ministério do Trabalho para levantar quantos empregos existem na atividade florestal. A outra idéia seria gerar um PIB Florestal e saber qual é a participação daquilo que seria o setor florestal. A questão foi levada ao IBGE, responsável pelas contas nacionais que se manifestou positivamente em trabalhar para tentar constituir a chamada matriz de insumo de produto.

Luiz Carlos estraviz (SFB) disse que a estratégia, resumidamente, é levar esse tema para um nível que permita considerá-lo um projeto do Estado Brasileiro, para geração de estatísticas oficiais e não mais informais, com a liderança do IBGE, como autoridade responsável pela produção dessas estatísticas, e com a criação de um Grupo de Trabalho que seja multidisciplinar, e que permita agilizar essas atividades, principalmente, no início.

Roberto Olinto (IBGE) complementou que o Brasil hoje tem a CNAE, Classificação Nacional das Atividades Econômicas na versão 2.0, que é compatível com a classificação internacional uniforme de atividades econômicas, adotada em todos os países do mundo. Salientou que foi publicado um Manual denominado SINSEA – Sistema Integrado de Contas Econômicas Ambientais, publicado pelas Nações Unidas e recomendado para ser aplicado no mundo. Explicou que a Conta Satélite necessita de parceria, ou seja, o Instituto de Estatística não tem o monopólio das informações sobre subáreas da economia. Falou que o PIB é uma grandeza associada ao País e não existe PIB da indústria e nem da agricultura. Hoje, no Brasil, basicamente existe educação e saúde pública, as instituições sem fins de lucro ainda são pequenas e têm um consumo que é a distribuição de medicamentos gratuitos. É o Instituto de Estatística que tem que entrar com suas pesquisas para identificar a repartição de cada empresa nas suas unidades produtivas. Findou dizendo que as Contas Satélites surgiram com a Conta de Meio Ambiente, com as sugestões, exatamente, do SINSEA e de alguns países que já estão implementando Contas Satélites de Meio Ambiente e outras contas derivadas.

Carlos Aragon (OTCA) esclareceu que em relação às Contas Nacionais para todos os países que compartilham a Bacia Amazônica, o estudo e a quantificação da real contribuição do setor Florestal para a Economia Nacional é relevante e muito importante, principalmente para o processo de tomada de decisões para o monitoramento das ações e para a análise da evolução do Setor nas diversas economias. Explicou que a OTCA é um organismo intergovernamental que tem como instância máxima de decisão os Ministros

de Relações Exteriores dos oito países que integram a Bacia Amazônica. Falou que, nos diversos encontros que a OTCA realizou em nível técnico, as autoridades florestais e as autoridades vinculadas ao Ministério das Relações Exteriores têm manifestado a importância e ratificado a importância de trabalhar nesse aspecto. Na verdade, há uma expectativa muito grande sobre aquilo que o Brasil poderá desenvolver para que os outros países possam seguir o mesmo caminho. A OTCA tem tentando realizar um esforço piloto no Equador, mas tem sido bastante restrito em termos dos resultados alcançados.

Foram colocadas diversas questões ao representante do IBGE por vários dos presentes à reunião, principalmente relacionados aos conceitos e relacionamentos da Conta Satélite, com as Contas Nacionais, sistema de Matriz Insumo produto, cadeias produtivas, prazos de desenvolvimento da metodologia, que foram respondidas pelo **Sr. Roberto Olinto (IBGE)**.

Thaís Linhares (SFB) esclareceu que antes de iniciar os encaminhamentos, falaria sobre os produtos que o Serviço Florestal está lançando, dos pólos madeireiros e dos preços de produtos madeireiros na região amazônica. São produtos que farão parte do sistema de informações e que estão relacionados a pesquisas de mercado que já começaram a dimensionar o chamado mercado madeireiro, onde ele acontece e quais são os preços praticados, para então poder ter referências, inclusive para a prática de políticas públicas. Explicou que o trabalho da Conta Satélite Florestal é um outro tipo de trabalho, que busca dimensionar o agregado, o peso da economia florestal no Brasil, que é diferente de indicadores de mercado da atividade florestal madeireira. Direcionou uma pergunta ao Olinto para esclarecer questão sobre como que se dá a institucionalização de um projeto de conta satélite dentro do IBGE e qual é o gatilho para que esse projeto comece.

Roberto Olinto (IBGE) explicou que o encaminhamento passa necessariamente pela presidência do IBGE, para formalmente institucionalizar o projeto. Explicou ainda que no IBGE existem grupos pensando em meio ambiente, em contas de meio ambiente e que o foco é mais a questão econômica de cadeias produtivas e a mensuração do emprego e renda dentro das cadeias produtivas associadas à floresta, com possíveis desdobramentos futuros. Não existe hoje um manual de conta para o setor florestal. Antes disso, nós temos problemas de valoração de outros ativos, que já impactam o sistema de contas atual.

Thaís Linhares (SFB) falou que esse esclarecimento é super importante para não gerar nenhum estudo isolado como os vários que existem e sim para partir para a institucionalização das estatísticas florestais. Isso será de fato encaminhado como um projeto governamental liderado pelo Ministério do Meio Ambiente na figura do Serviço Florestal Brasileiro de forma a realizar encaminhamentos da solicitação ao IBGE para que possa iniciar formalmente uma parceria. Um primeiro diagnóstico será objeto de um termo de referência do Serviço Florestal que dará um primeiro passo para essa discussão, no sentido de contratar um estudo para delimitar a cadeia que vai servir de base para o começo de todo o trabalho de agregação, de coleta de informações e a discussão dessas informações para construir essa conta satélite. Acrescentou ainda que é fundamental para esse Fórum a mensagem da longevidade desse projeto, dessa construção de estatísticas, pois é um processo longo.

Fernando Castanheira (CNI) argumentou que a integração com os Estados, principalmente com Secretarias de Receita, é importante. Acrescentou que a OTCA e também a ITTO (Organização Internacional de Madeira Tropical) tem interesse e que inclusive produzem estatísticas em nível mundial, assim como a FAO, e que já são parceiros e podem dar suporte a um projeto de nível internacional. Informou ainda que esse Fórum poderá ter o Ministério da Agricultura e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, por já participarem de fóruns especiais dentro de outros Ministérios que lidam com a questão florestal e ambos têm estatísticas na área florestal.

Vilmar Locatelli (FBOMS) disse que existem dois tipos de florestas no Brasil: a floresta plantada e a floresta natural. Os critérios para se fazer essas estatísticas não são os mesmos por não mensurar os dados econômicos. Expôs a preocupação de mostrar que é necessário se fazer essa diferenciação de critérios quando da mensuração daquilo que é produzido por uma e por outra.

Encaminhamento: Realizar um Grupo de Trabalho dentro do CONAFLO para desenhar o Termo de Referência.

7. Tema de Pauta 3 – Integração das duas Comissões: CGFLOP e CONAFLOP

Tasso Azevedo(SFB) destacou que, em se tratando da integração entre CGFLOP e CONAFLOP, apesar de terem sido criadas em momentos diferentes e com atribuições distintas, possuem uma série de temas em comum. Esclareceu que existem membros que são representantes da mesma instituição, nas 2 Comissões e e que o ideal seria ter uma única Comissão que pudesse fazer as duas coisas, mas isso significaria fazer uma alteração legal porque a CONAFLOP existe somente no Decreto e a CGFLOP foi criada por lei e os membros tem um mandato específico. A sugestão para se ter esse espaço valorizado é de que se realizem as reuniões das duas Comissões de forma conjunta, tendo uma única pauta. Outra sugestão é que as instituições que estão presentes nas duas Comissões tentem unificar a sua representação, otimizando o tempo das pessoas que estão se dedicand, através da indicação de um titular e 2 suplentes..

Carlos Eduardo (FBOMS) se pronunciou dizendo que não vê nenhum problema em fazer um acordo político, pois quem determina o arranjo desse espaço é uma Medida Provisória e a Lei. Acrescentou que qualquer organização que se sentir prejudicada pode recorrer.

Tasso Azevedo(SFB) explicou que não há nenhum obstáculo, a Lei apóia a CGFLOP que vai continuar existindo e o Decreto que cria a CONAFLOP, garante suas atribuições e não impede que as reuniões sejam conjuntas. Isso poderá ser feito sem nenhum problema, até porque a presidência das duas Comissões é da mesma instituição e o Secretário de Biodiversidade e Florestas é sempre o Presidente e o Vice-Presidente é do Serviço Florestal Brasileiro.

Tasso Azevedo(SFB) esclareceu que está se desligando do Serviço Florestal até o final deste mês e será substituído pelo Hummel que vai assumir a Direção-Geral do Serviço Florestal a partir do dia 7 de abril quando será oficializado. Colocou a preocupação de sobrecarregar o CONAFLOP por ter vários assuntos com pautas extremamente importantes e que não tem conseguido reunir o quórum necessário para unir forças para tomadas de decisão e aprovação das atas. Sugeriu ainda a criação de uma proposta para alterar os regimentos internos de forma que possa haver dois suplentes e que seja montada pauta tendo os temas da CGFLOP e da CONAFLOP.

Encaminhamentos: Criação de uma proposta para alterar os regimentos internos de forma que possa haver dois suplentes e que seja montada pauta tendo os temas da CGFLOP e da CONAFLOP.

Informes – Pacto da Madeira Legal

Justiniano de Queiroz (CNI) falou do Pacto da Madeira Legal e comentou sobre uma cartilha recentemente lançada que tem um roteiro prático que explica como adquirir madeira de fontes legais e dá algumas dicas de como identificar as fontes sustentáveis. Falou ainda de um cronograma adiantando algumas ações contidas no pacto. Informou que o primeiro pacto é o da soja e que São Paulo está firmando o pacto da Madeira é Legal com construtoras e ONGs., Finalizou o discurso afirmando ser importante conhecer o conteúdo dessas experiências e poder verificar se é esse o instrumento voluntário de regulação, pois acredita ser uma estratégia interessante e inovadora para se trabalhar.

Encaminhamento: Que a CNI atualize a CONAFLOP e o CGFLOP sobre o andamento desse pacto e traga conteúdo de outros pactos setoriais já firmados.

Tasso Azevedo(SFB) abordou o assunto do Pacto por ser uma questão muito importante e que constitui um compromisso entre o setor empresarial, que está se comprometendo com a aquisição de madeira de origem legal e sustentável, e o setor governamental, que está se comprometendo com uma agenda de promoção do manejo florestal sustentável, e de instrumentos que permitam aos empreendedores identificar o que é produto que vem de origem sustentável. Falou que o principal gargalo no caso do manejo florestal na Amazônia é o manejo de florestas naturais, pois permite o acesso a recursos florestais fazendo o manejo de forma sustentável e esse acesso se restringe em fazer escala, pois depende de áreas públicas e passa por um processo de regularização fundiária. Esclareceu que, na área de manejo florestal comunitário, estão tentando estruturar uma forma de fazer com que a produção florestal comunitária entre nas cadeias de

produção, e, por outro lado, tem o processo de concessão florestal que vai lentamente construindo esses espaços de legalidade para a produção florestal. Acrescentou que é possível fazer concessões florestais em duas situações., Nas florestas nacionais que tenham planos de manejo e áreas pré-definidas para esse tipo de atividade ou em áreas públicas, em APA's, e, até mesmo, em florestas públicas não destinadas para uso especial. Acrescentou ainda que, em determinada região - que não tenha sido destinada para unidade de conservação, para terra indígena, para diferentes áreas de uso comunitário, para assentamento - pode ser pleiteada para haver a concessão florestal. Informou da existência da APA do Tapajós composta por terra pública e que está em processo de discussão, no término dos levantamentos de campo e que precisa do relatório ambiental preliminar, que é o licenciamento prévio para uma possível concessão. Por fim, informou que o plano de manejo da Floresta Nacional de Macauã ficou pronto hoje e será apresentado no dia 3 de abril. Uma vez terminado, dá-se o início de seleção da área para fazer a primeira proposta de edital, passando por consultas públicas para fazer a versão final para publicação desse edital.

Para finalizar foi informado que a CONAFLO não atingiu o quórum necessário, sendo assim a memória da última reunião não pode ser aprovada.

A reunião foi finalizada às 18:00h.